

A AMPLIAÇÃO DOS NEGÓCIOS EDUCACIONAIS NA REGIÃO CENTRO-OESTE E A AMEAÇA À ESCOLA PÚBLICA

BELO. Fernanda Ferreira – Doutorado em Educação
Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão

Introdução

Este artigo aborda a ampliação dos negócios educacionais na região Centro-Oeste, a partir dos anos 2000. As reformas educacionais realizadas a partir dos anos 1990 inseriram a iniciativa privada na agenda de decisões políticas e a utilização de concessões, parcerias, convênios entre escolas públicas e empresas educacionais. Esse estudo faz parte de um projeto de pesquisa que investiga a política educacional na região Centro-Oeste, no período de 2010 – 2020, objetivando analisar as ações privatizantes na educação pública e os desdobramentos na organização escolar, nas políticas de currículo e no trabalho docente. Estudos de Coraggio (2000), Robertson (2012), Robertson e Verger (2012), Goodson (2008), Severino (2006), Normand (2008), entre outros, fundamentam esse artigo.

Dividimos esse artigo em duas partes. Na primeira parte apresentamos a ampliação das atividades educacionais lucrativas na região Centro-Oeste. Na segunda parte analisamos o agravamento dos problemas e desafios da educação pública diante da ampliação da iniciativa privada na oferta de serviços educacionais básicos. Indicamos a importância do aprofundamento de estudos e pesquisas sobre essa temática, para enfrentar os avanços dos processos privatizantes que ameaçam a educação pública.

1 – A ampliação da lucratividade das atividades educacionais na região Centro-Oeste a partir dos anos 2000

Para Robertson (2012, p. 288), um dos desafios do setor educacional, a partir dos anos 2000, é criar aprendizes empreendedores, ágeis e dispostos a aceitar riscos sociais, que sejam engajados no atendimento das demandas do setor privado e a atuação do mercado educativo no setor educacional público, sobretudo via parcerias público-privadas, são entendidas como uma das formas de se preencher as lacunas deixadas pela retirada parcial de investimentos públicos, decorrentes das reformas do Estado (CORAGGIO, 2000, p. 100). Elas fazem parte

das mudanças previstas e são alternativas para enfrentar a hostilidade de privatizações diretas (ROBERTSON e VERGER 2012).

A partir do deslocamento de recursos públicos da educação para a celebração de contratos e convênios com empresas privadas, conforme os praticados na região Centro-Oeste, se estabelece a exploração de novos elos mercantis, altamente lucrativos. As brechas presentes na Lei n. 8.666 de 1993, de licitação efetuada pela Administração Pública são utilizadas para garantir os contratos a partir da inexigibilidade de licitação.

Nesse sentido, a Procuradoria do Município de Corumbá, Mato Grosso do Sul, realizou contratação de material didático privado sem processo de licitação, sendo que o município “observou e respeitou todos os princípios legais e constitucionais na contratação de material didático do Sistema de Ensino “Aprende Brasil”, da Editora Positivo, por meio do procedimento de Inexigibilidade de Licitação” (CORUMBÁ, 2017). A motivação técnico-científica utilizada para a contratação refere-se à metodologia da organização do material didático, o peso atribuído à relação custo-benefício, a adequação das propostas apresentadas aos requisitos das diretrizes e bases da educação nacional e do IDEB (CORUMBÁ, 2017).

Observando os dados do IDEB, divulgados pelo Inep (2016), para os anos de 2005 a 2015, as médias dos estudantes foram muito baixas em relação às metas propostas para essa região. No ensino médio o desempenho foi o pior quando considerado os três níveis de ensino, e somente dois estados cumpriram as metas: PE e AM (INEP, 2016). Esses resultados comprovam que a melhoria na formação básica da população ainda é um desafio não superado. E problemas como esse estão servindo de justificativa para a ampliação da exploração comercial de serviços educacionais.

2 – O surgimento de uma nova autoridade privada e a ameaça à escola pública na região Centro-Oeste

Identificamos que entre os anos de 2010 e 2017 as parcerias entre administração pública e a Editora Positivo está presente nos três estados do Centro-Oeste, e seguem a mesma orientação prevista nos contratos dos municípios de Catalão, Goiás, entre os anos de 2007 e 2014, e Corumbá, Mato Grosso do Sul, no ano de 2017 (BELO, 2014; CORUMBÁ, 2017). Conforme ampla divulgação realizada nos meios de comunicação, a Editora Positivo tem realizado várias ações nos municípios conveniados, com cursos de capacitação

tecnológica para professores; cursos para manusear o “Portal Positivo” e, curso na área metodológica para uso do apostilado do Sistema Aprende Brasil (BELO, 2014, grifos meus).

Essas ações garantem a apropriação privada do bem público e a continuidade da concentração de capital em grandes empresas do ramo educacional (MÉSZÁROS, 2009). Não promovem a tão propagandeada melhoria da rede escolar pública, mas inclui uma nova autoridade privada na organização das escolas. Nesse aspecto, a sociedade capitalista prevê os meios de assegurar as diferenças de classe e matem a educação como privilégio.

Ao promoverem os processos de treinamentos e aperfeiçoamentos para a equipe pedagógica das escolas conveniadas levando-se em conta interesses da editora e não a solução dos problemas das escolas públicas, de professores e de estudantes das diferentes regiões e contextos sócio-culturais brasileiros, “o professor é considerado como um transmissor do currículo definido por outras pessoas” (GOODSON, 2008, p. 34). Com isso, ocorre uma redefinição no conhecimento e no papel do professor, sendo requisitado apenas o seu conhecimento prático pessoal (id., p.34). A “personificação democrática do professor”, que até os anos 1970 tinha um papel importante como “intérprete moral e o definidor parcial do currículo” (id., 2008, p. 35) vai perdendo força e espaço nas relações de poder e de autoridade aí subjacentes (id., 2008),

Outro aspecto problemático refere-se ao fato de prefeitos não requisitarem apoio do Ministério da Educação para terem acesso aos programas, serviços e estruturas de assessoramento pedagógico, destinados a atenderem a educação pública dos estados e municípios. Nesse caso, não ocorre uma desoneração dos recursos públicos da educação, pois estão sendo canalizados para as empresas e atividades lucrativas que exploram os serviços educacionais. A título de exemplo, temos o recente o caso do prefeito de Corumbá, em Mato Grosso do Sul, que deixou de recorrer ao MEC e gastou em contrato firmado em 2017, o equivalente a R\$ 1 milhão, 312 mil, 345 reais e 40 centavos, da verba da educação, para pagar material didático da Editora Positivo (MS NOTÍCIAS, 2017).

Consideramos que essa tendência privatizante da educação pública além de receber forte influência das agências internacionais, também está ligada ao paradigma do modelo de escola de alta performance e eficácia, difundidos nos Estados Unidos a partir dos anos 1970 (ROMUAND, 2008). Houve forte crítica à escola pública, acusada de promover a perda da competitividade no mercado em transformação, a acusação recaiu sobre os programas escolares públicos e sobre a competência dos professores. Em um documento intitulado “A Nation At Risk”(1983), o governo americano propôs a flexibilização da escola pública

ênfatisando o ensino de matemática, das ciências e a centralização nos saberes essenciais, além de garantias de transição da escola para as empresas (ROMUAND, 2008, p. 54).

O sistema educativo foi levado a aproximar-se do mundo empresarial e a elevar seu nível de competitividade e de excelência, algo semelhante ao que estamos presenciando no Brasil. Dos estudantes foi cobrado práticas de empreendedorismo e competitividade nas tarefas escolares, dos docentes, foi solicitado um esforço maior na execução das atividades, de modo que poderiam ser recompensados com uma “remuneração por mérito”, das escolas passou a ser exigida a prestação de contas sobre o trabalho realizado, dando provas objetivas de seu sucesso (NORMAND, 2008, p. 55, grifos meus). Ações destinadas a articular a educação e o mundo do trabalho prevendo a excelência na educação para atender os interesses empresariais estão no documento “América 2000”¹.

Para a América Latina, o PREALC – Projeto Regional de Educação para a América Latina e Caribe - ênfatisou que os preceitos de individualidade e de liberdade deveriam orientar as políticas educacionais, destacados como elementos estruturantes da universalidade da educação e de melhoria da competitividade econômica no plano internacional.

Essas iniciativas formam um complexo movimento político privatizante destinado a orientar as reformas educativas que colocam em xeque as possibilidades de construção de instituições públicas, gratuitas e abertas à totalidade social, sem qualquer tipo de restrição (SEVERINO, 2006). Há um “ímpeto privatizante que varre a sociedade e a cultura do Brasil (...)”, de modo que a oferta de educação, assim como dos demais chamados serviços públicos são conduzidos nos termos leis do mercado (id., p. 316).

Essa complexa questão expõe a inviabilidade do atendimento privado das demandas por educação básica. Os dados apresentados no relatório de monitoramento da educação, da Unesco, publicado em 2015, confirmam que o mundo ainda não alcançou a educação para todos (UNESCO, 2015). E, quanto aos resultados do engajamento da sociedade civil em estratégias para o desenvolvimento da educação, o relatório ressalta que houve um aumento de coalizões nacionais de educação, com claro viés privatizante, resultante do processo de descentralização e de participação na gestão escolar, que de forma geral, tiveram efeito nulo ou prejudicial sobre o desempenho dos alunos e dos sistemas educacionais (UNESCO, 2015, p. 10).

¹ “AMÉRICA 2000” - Lei de Excelência na educação de abril de 1991 (RELATÓRIO SACNS, 1992). Institui as “escolas que rompem com o modelo” para atender “o que o empresário de hoje busca nos empregos de amanhã” (id., 1992, grifos meus).

Compreendemos que essas políticas têm possibilitado uma degradação do que é básico no atendimento às populações, sobretudo no atendimento, com qualidade, à saúde, educação e saneamento (CORAGGIO, 2000). Esse processo esconde a segmentação, diferenciação e a degradação do atendimento aos serviços públicos básicos em dois importantes aspectos: a degradação da prestação de serviços que são gratuitos e, a segmentação e diferenciação da prestação de serviços que são subsidiados pelo Estado, mas são ofertados pelo mercado (id., 2000).

Nesse cenário o debate da universalidade da educação, historicamente atrelado à escola pública está perdendo espaço. Essas reformas têm levado a ações de entrega de escolas públicas para grupos que decidem a vida das populações segundo critérios e juízos individualizados ou economicistas, em alguns casos, a instrumentalização das políticas educacionais está promovendo o enfraquecimento e a banalização dos conhecimentos e títulos escolares, podendo gerar a desinstitucionalização da escola pública (OLIVEIRA, 2009, p. 26, 27).

Considerações Finais

Consideramos que uma sociedade baseada na democracia precisa garantir o debate crítico e a proposição de ideias e alternativas para que as relações mercantis orientadas pela lógica de mercado não reinem de forma absoluta e dominante, e nem se imponham como a forma mais sedutora e atrativa para a resolução dos problemas educacionais.

Este estudo sobre a ampliação dos negócios educacionais na região Centro-Oeste expõe a ameaça posta à escola pública, e está inserido nas categorias de público e privado. É imprescindível a realização de mais pesquisas e o aprofundamento em análises e reflexões relativas às questões e ambiguidades que atravessam essa temática, para que possamos garantir a permanência e ampliação da educação pública, como um bem comum, destinado a promover a formação e emancipação humana.

Referências Bibliográficas

BELO. Fernanda Ferreira. **A lógica do mercado na educação pública municipal: a parceria público-privada em Catalão/Goiás.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, 2014.

CATALÃO. PARECER TÉCNICO. Análise técnica do Sistema Aprende Brasil de Ensino e de sua proposta pedagógica, SEMEC, Catalão, 2007.

CORAGGIO. José Luis. Propostas do Banco mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? In: DE TOMMASI, Livia; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (Orgs.). O Banco Mundial e as políticas educacionais. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

GOODSON. Ivor F. As políticas de currículo e de escolarização: abordagens históricas. Tradução de Vera Joscelyne. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

NORMAND Romuald. Mercado, performance, accountability: Duas décadas de retórica reaccionária na educação. Revista Lusófona de Educação, Portugal, n. 11, 2008, pp. 49-76. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Fundamentos ético-políticos da educação no Brasil de hoje. In: Júlio César França de Lima e Lúcia M. Wanderley Neves (orgs.). Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro, Editora FIOCRUZ, 2006.

PESQUISA EM MEIOS ELETRÔNICOS:

BRASIL, INEP. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/consulta-ideb>. Consulta em maio de 2017.

CORUMBÀ. Nota de esclarecimento - Contratação do Sistema de Ensino "Aprende Brasil" <http://www.corumba.ms.gov.br/noticias/nota-de-esclarecimento-contratacao-do-sistema-de-ensino-aprende-brasil/20496/> (01 de Abril de 2017). Consulta em maio de 2017.

MÉSZÁROS, Istvan. Reflexões e perspectivas das relações entre capital e Educação. Entrevista. Revista Perspectiva, Florianópolis, Santa Catarina, v. 27, n. 2, 533-540, jul./dez. 2009. Disponível em <http://www.perspectiva.ufsc.br> Acesso em janeiro de 2013.

MS NOTÍCIAS. Sem licitar, prefeitura torra R\$ 1,3 milhão da educação em gasto estranho. Disponível em <http://www.msnoticias.com.br/editorias/politica-mato-grosso-sul/sem-licitar-prefeitura-torra-r-13-milhao-da-educacao-em-gasto/71775/>. Acesso em maio de 2017.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. Educação e Sociedade, Campinas, SP: vol. 30, n. 108, p. 739-760, out. 2009. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> . Acesso em abril de 2013.

ROBERTSON, Susan; VERGER, Antoni. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. Educação e Sociedade, Campinas, SP., v. 33, n. 121, p.

1133-1156, out.-dez. 2012. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br> . Acesso em fevereiro de 2013.

_____. **A estranha não morte da privatização neoliberal na Estratégia 2020 para a educação do Banco Mundial.** Revista Brasileira de Educação v. 17 n. 50 maio-ago. 2012. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n50/v17n50a03.pdf> Consulta em maio de 2017.

UNESCO. Educação para Todos 2000-2015, relatório conciso, 2015. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002325/232565por.pdf> . Acesso em maio de 2017.